

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA DO MÊS DE JANEIRO DE 2016

1 No dia 12 (doze) de janeiro de 2016 (dois mil e dezesseis), às 14h30min (quatorze horas
2 e trinta minutos) na sala de palestras do Parque Ecológico Educativo Joaquim de Paula
3 Ribeiro, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
4 (COMDEMA) com a presença de 13 (treze) integrantes, a saber: A Vice-Presidente Jane
5 Pugliesi e representante do Rotary Clube, 2º Vice-Presidente Paulo César de Jesus e
6 representante da AAMA, Larissa Tiago Volpi representantes da Secretaria Municipal do
7 Meio Ambiente e Urbanismo, João André Amaral representante da Secretaria Municipal de
8 Agricultura e Desenvolvimento, Priscila Barbosa Borduqui Campos representante da
9 Secretaria Municipal de Educação, Sandra Maria Corrêa Miller representante da
10 Secretaria do Meio Ambiente do Estado, Narciso Santos Costa representante do Instituto
11 Florestal da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Andrey Vetorelli Borges representante
12 da Secretaria Estadual da Agricultura – CATI, André Luiz Sanchez Navarro representante
13 do DAEE, além dos convidados Daniela Rocha representante da Secretaria Municipal do
14 Meio Ambiente e Urbanismo, Gabriella Nunes de Souza representante da Empresa Arco
15 Verde e Pedro Rodrigues Gomes representante do Deputado Ivan Valente. Justificaram a
16 ausência: Felício Antônio Siqueira Filho representante da Secretaria Municipal do
17 Planejamento, Paulo Sérgio Bertazzi Rodrigues representante da UNILAGO e Alexandre
18 Batista do Carmo. A secretaria-executiva do COMDEMA e representante da Secretaria
19 Municipal do Meio Ambiente Larissa Volpi presidiu a reunião no lugar da Presidente Thais
20 de Souza Celentano. Inicialmente foi disponibilizada a lista de presença e a ata, para as
21 respectivas assinaturas. Larissa Volpi informou a pauta do dia e abriu espaço para Paulo
22 César dar um recado. Paulo César perguntou sobre o ofício enviado para CETESB e para
23 Secretaria do Meio Ambiente, informou a importância desses pareceres devido aos
24 loteamentos possuírem áreas de preservação permanente e áreas de arruamento, ao

25qual é de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente vistoriar. Larissa Volpi
26perguntou ao Paulo César se o pedido de vistoria foi protocolado e pediu para que ele
27aguardasse uma resposta. Paulo César disse que devido ao não pedido por parte do
28COMDEMA, foi pessoalmente a Secretaria do Meio Ambiente e fez o pedido de vistoria.
29Larissa Volpi informou a Paulo César que o convite, ao qual, ele gostaria de fazer é
30referente ao grupo de trabalho de estudo e não sobre os novos loteamentos. Reitera
31dizendo que se alguém tiver interesse o Paulo César está convidando para integrar ao
32grupo de trabalho. Paulo César pediu para deixar registrado que a importância do grupo é
33fazer valer o que não está sendo feito, exemplificou dizendo sobre o TAC que é
34determinado pela CETESB e que o dono da área loteada deve fazer a recomposição da
35vegetação nativa e a Lei diz que é no mínimo 80 (oitenta) espécies e a própria CETESB
36diz que não confere mais que 20 (vinte) espécies no estado de São Paulo inteiro e que
37devido a isso é importante fazer as vistorias nos loteamentos e fiscalizar todos os TACs
38desde usinas até da construção civil, pois, estão todos fora da Lei. Paulo César retomou
39afirmando se alguém tiver interesse em participar do grupo que manifestasse. Larissa
40Volpi disse que no mês de Fevereiro Paulo César poderá reiterar seu convite aos
41conselheiros. André Navarro disse que em relação ao plantio de mudas, recentemente
42saiu resolução 32/2014 referente à estrutura da floresta. André Navarro ainda relatou que
43foi fiscal da Secretaria do Meio Ambiente em área rural, ao qual, era observado nos
44reflorestamentos a estrutura da floresta que estava em formação, sendo possível notar
45uma resiliência para continuar crescendo, logo após, sugeriu que o conselheiros se atêm
46não apenas ao número de espécies e sim a estrutura das florestas, para que possam
47chegar ao objetivo independente da quantidade de espécies. Larissa Volpi concordou com
48André Navarro e complementou dizendo que a Resolução 32/2014 que renova a
49Resolução de 2008 (dois mil e oito), ela se atenta ao número de espécies zoocóricas, e
50outras formas de dispersão sendo elas anemocóricas e autocóricas, as quais são
51fundamentais para uma restauração ecológica. Emerson Catarussi disse que o termo de

52compromisso fica firmado no final do relatório e é previsto uma perda de cinco por cento e
53mudas com uma altura de um metro e meio. Emerson Catarussi informou que, quando as
54mudas atingem a altura de um metro e meio o termo de compromisso é dado como
55cumprido em caso de alguma espécie morrer após o prazo não é possível fazer nada,
56pois já foi encerrado o processo e dado como cumprido, o que pode ser feito é pegar os
57processos e verificar os relatórios que foram apresentados, esses relatórios são
58elaborados a cada seis meses e apresentados para a CETESB ou CFA órgãos
59fiscalizadores, para fazer o acompanhamento. Dando sequência, passou-se para a ordem
60do dia, onde André Navarro apresentou uma palestra referente à vivência como
61conselheiro no Comdema de Votuporanga. Durante a apresentação, Paulo César indagou
62André Navarro sobre a ampliação do residencial próximo a área de manancial da represa
63do caso que ele apresentou em sua fala. André Navarro explicou que o Plano Diretor de
64Votuporanga antigo era de uma margem de 300 metros de proteção de onde está
65localizado o empreendimento e em 2009 alteraram o projeto e a margem caiu para 100
66metros. André Navarro relatou também que queriam fazer um dispositivo de drenagem na
67área dos 100 metros da margem da represa do Marinheirinho e o Conselho conseguiu
68propor que os dispositivos de drenagem fossem colocados após a margem de proteção, o
69que então, ficou acordado com o Secretário de Planejamento Urbano e entrou no parecer.
70Paulo César perguntou se há alguma posição em relação ao cumprimento do que ficou
71pré-estabelecido. André Navarro disse que não existe uma certeza, porém, caso
72comecem a degradar a área do manancial o Ministério Público terá um parecer técnico do
73COMDEMA, órgão deliberativo, que aprovou acompanhado de um representante do
74desenvolvimento urbano e poderá utilizar para intervir de alguma maneira. Paulo César
75perguntou se é uma Lei. André Navarro afirmou que é uma Lei do COMDEMA que tem
76atribuições para falar do assunto. Paulo César indagou dizendo que se não é uma Lei a
77empresa poderá alegar a Lei dos 100 metros do Plano Diretor. André Navarro explicou
78que não poderia implantar nada no local devido ser uma área de preservação municipal,

79mas ele poderia pedir a implantação alegando de utilidade pública, o que ficou acordado
80pelo conselho no parecer é uma recomendação de que não seja implantando naquela
81área. Paulo César perguntou se o município de Votuporanga possui coleta seletiva e
82aterro sanitário. André Navarro disse que não possui aterro e os resíduos são levados
83para o município de Meridiano em um aterro particular, o que pretende ser discutido
84devido ao gasto gerado e por ser insustentável. Outros fatores que deverão ser discutidos
85é a eficiência da coleta seletiva e a triagem dos resíduos sólidos. Sandra Miller perguntou
86se a locação dos recursos do SAEV são fiscalizados e como é feita a destinação. André
87Navarro explicou que para a utilização do fundo, o Conselho delibera qual o destino da
88utilização. Explanou também que existe um decreto, ao qual, define um gestor desse
89fundo, sendo no caso o Secretário de Meio Ambiente, responsável pela prestação de
90contas do fundo, e também como deverá ser o trâmite de aprovação e por fim, após
91aprovado vai para o setor financeiro do fundo, onde eles ficam responsáveis por
92comprarem o que foi solicitado. Sandra Miller perguntou se o Conselho não faz a gestão
93direta. André Navarro explicou que é feito até a utilização. André Navarro colocou a
94importância de conhecer o plano diretor para melhorias em relação ao meio ambiente,
95podendo se amparar para buscar o fortalecimento do Conselho. Após a apresentação de
96André Navarro, Larissa Volpi abriu espaço para perguntas. Pedro Rodrigues disse que o
97COMDEMA de Rio Preto, de acordo com a legislação é consultivo e deliberativo e
98perguntou ao André Navarro qual a sua opinião em relação ao COMDEMA de
99Votuporanga ser deliberativo e ao COMDEMA de Rio Preto ser consultivo e deliberativo.
100André Navarro respondeu perguntando se pode ser deliberativo e consultivo. Larissa Volpi
101pediu a André Navarro para que lesse o decreto. André Navarro informou aos
102conselheiros presentes que o Conselho é de natureza deliberativa e consultiva, quanto à
103matéria de meio ambiente e as deliberações do COMDEMA terão caráter enunciativo e
104orientativo. André Navarro questionou se juridicamente poderá ser deliberativo e
105consultivo. Larissa Volpi informou que possui duas deliberações sendo uma no ano de

106dois mil e onze e outra em dois mil e quatorze. Pedro Rodrigues perguntou qual ano é a
107lei. Larissa Volpi disse que de dois mil e oito. Pedro Rodrigues perguntou o que seria
108essas deliberações. André Navarro disse que seriam decisões do conselho. Sandra Miller
109disse que a segunda deliberação foi deliberada pelo conselho onde projetos significativos
110referente ao meio ambiente deveriam passar pelo conselho, ao qual, foi à última
111deliberação no ano de dois mil e quatorze, e perguntou qual seria a primeira. Larissa Volpi
112informou que é referente ao parecer do COMDEMA em relação à análise do processo de
113regularização do núcleo Parques das Nascentes. Narciso Santos relatou que participou de
114duas reuniões onde a Prefeitura pediu para que o COMDEMA avaliasse o pedido de
115regularização do Parque das Nascentes, foi feito vistoria e elaborado um parecer técnico
116pedindo umas adequações caso fosse permitido às regularizações. Andrey Vetorelli
117perguntou se o Conselho atuou sobre os projetos da ANA e SAEV se já foi concluído e o
118pagamento. André Navarro explicou que entrou no Conselho no ano de dois mil e treze e
119que no ano de dois mil e onze o conselho conseguiu recurso da ANA – Agência Nacional
120de Águas, para proteção das nascentes da represa do Marinheirinho, logo após foi
121encaminhado um projeto para o fundo social da caixa. Por fim, o recurso da ANA protegeu
122as nascentes e o fundo da caixa as APP externas, sendo três de quatro quadrantes que
123foram divididos e hoje se encontra protegido e cercado, montou-se também uma
124Associação de Produtores Rurais da Bacia do Marinheiro, atualmente o projeto já se
125encontra finalizado e no final do ano começou o pagamento do projeto ambiental, sendo
126uma porcentagem paga pela Prefeitura e outra pela Mina d'água que é um projeto da
127Secretaria do Meio Ambiente. André Navarro informou que atualmente saiu um recurso da
128FEHIDRO para a SAEV que tem por objetivo o monitoramento da vazão e da qualidade
129da água desses afluentes. Andrey Vetorelli perguntou sobre a participação do conselho
130nesses projetos. André Navarro informou que não saberia dizer se o conselho participou,
131pois, não estava presente. André disse que o mais urgente é a proteção da bacia da
132represa devido às construções próximas e a questão do saneamento. Sandra Miller

133perguntou qual tipo de deliberação cabe ao Conselho sendo ele enunciativo e orientativo.
134Pedro Rodrigues disse que é necessário fazer um estudo e citou como exemplo o
135conselho de saúde que é deliberativo. Disse também, que existe uma legislação federal
136onde está instituído que os Conselhos de Saúde devam ser deliberativos. André Navarro
137disse que desconhece alguma legislação de esfera federal que torne o Conselho
138deliberativo e acredita que o COMDEMA deva ser deliberativo e consultivo devido às
139pontuações do Programa Município Verde-Azul, ao qual Rio Preto faz parte, podendo
140deliberar e orientar. Sandra Miller sugeriu pedir uma avaliação jurídica. André Navarro
141complementou dizendo que pode ser pedido para a Câmara Municipal ou algum órgão
142que interceda. Pedro Rodrigues disse que Rio Preto ganharia muito se o COMDEMA
143fosse deliberativo. André Navarro disse que o conselho possui 36 entidades e perguntou
144quantas reuniões, nos últimos dois anos, deram quórum. Jane Pugliesi disse que mesmo
145o COMDEMA não sendo deliberativo, tivesse uma estrutura de trabalho e planejamento,
146poderia tentar uma reestruturação para migrar para o deliberativo e com isso sugeriu que
147fosse feito um estudo jurídico. Pedro Rodrigues disse que com a apresentação do André
148Navarro pode perceber que o COMDEMA de Votuporanga delibera e interfere mais nas
149questões ambientais do Município, o que dá a impressão de que o conselho possui mais
150autonomia. André Navarro disse que o conselho tenta intervir por meio de pareceres
151técnicos. Jane Pugliesi sugeriu que os representantes do Conselho que, por ventura,
152participam de outros conselhos deveriam explanar o que foi discutido e sugere que seja
153enviado convite para Secretaria de Planejamento para que algum representante pudesse
154dar um parecer e apresentar como funciona o Plano Diretor na área ambiental. Sandra
155Miller sugere que seja feito um convite para algum representante da Comissão de Meio
156Ambiente da Câmara. Larissa Volpi encerrou a reunião às 16h20min (dezesseis horas e
157vinte) minutos. Lavrando-se a presente ata por mim, Larissa Volpi _____ e
158assinada por todos os presentes abaixo nominados e referenciados.

André Navarro

Larissa Volpi

Continuação da ata da reunião ordinária de janeiro de 2016 (folha de assinaturas)

Paulo César de Jesus

João André Amaral

Priscila Barbosa Borduqui Campos

Sandra Maria Corrêa Miller

Jane Pugliesi

Narciso Santos Costa

Isabela Bologna Campbell

Roseli Lorena Leonel